

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL)
Ano letivo 2022-2023

PROGRAMA
DIREITO DA ECONOMIA

3.º Ano - Turno diurno
Turma A

Setembro 2022

REGENTE/COORDENADOR
Professor Doutor Luís Silva Morais

Colaboradora – aulas de avaliação contínua: Dr^a Joana Baptista

A disciplina encontra-se construída para proporcionar uma visão essencial, transversal, do enquadramento normativo das intervenções públicas na economia, com elevada relevância na atual evolução do direito e a maior relevância prática para quem queira desenvolver um *perfil profissional especializado nestes domínios jurídico-económicos*, com elevada solicitação no presente ambiente jurídico emergente quer da crise financeira internacional 2007-2009, quer da crise sistémica associada à pandemia Covid-19, quer ainda da atual crise decorrente do novo contexto geopolítico pós-guerra na Ucrânia (2022) determinando novos impulsos, em diversas vertentes, de intervenção pública na economia. Destacam-se em termos de (i) intervenção pública direta na economia o estudo do sector empresarial público e de parcerias público-privadas e, no domínio da (ii) intervenção pública indireta na economia, as matérias de direito da concorrência e de direito da regulação sectorial da economia (com claro enfoque no DIREITO DA CONCORRÊNCIA, como âmago do moderno Direito da Economia). Abordar-se-ão adaptações de processos de intervenção pública na economia decorrentes da crise decorrente da Pandemia COVID-19 e da crise decorrente do novo contexto geopolítico pós-guerra na Ucrânia (2022)
Importa também destacar que, no actual plano de curso da Licenciatura, esta corresponde à única disciplina em que os alunos podem obter noções essenciais de direito da

CONCORRÊNCIA – *domínio atualmente com decisiva importância para as principais profissões jurídicas*

A disciplina será suportada em **LICÇÕES sintéticas de publicação ainda recente** – coordenadas pelo regente que assegura a lecionação da mesma disciplina:

DIREITO DA ECONOMIA – Volume I

Luis Silva Morais (coordenador)

AAFDL, Lisboa

2014

**Também relevantes com vários elementos informativos –
página SSRN do Regente:**

You can access my papers on the
Social Science Research Network (SSRN) at
<http://ssrn.com/author=1644131>

DIREITO DA ECONOMIA

PROGRAMA

Setembro 2022

Introdução

1. Origens da disciplina
2. Problemas pedagógicos e científicos particulares - o estudo do direito da economia como área paradigmática da moderna pulverização das fronteiras entre direito público e privado e da incorporação de processos de análise económico na metodologia jurídica

Parte I

Aspectos gerais de direito da economia

Capítulo primeiro

Noções introdutórias fundamentais

- 1 - Objeto e funções do direito da economia
- 2 - Evolução do direito da economia
- 3 - As fontes do direito da economia - Aspectos gerais
- 4 - Especificidades de metodologia jurídica no direito da economia - a *juridicização* de conceitos e avaliações económicas – o direito da economia como área que pulveriza as fronteiras tradicionais entre direito público e direito privado
- 5 – A renovação das formas de intervenção do Estado na economia - A regulação económica em geral e a redefinição do objecto do direito da economia. Novas perspectivas e modalidades de intervenção pública em contexto de crise económica.
- 6 - A internacionalização do direito da economia
- 7 - O direito da economia e o processo de integração europeia.
- 8 – O direito da economia e a crise financeira 2007-2009/ o direito da economia, a crise Covid-19-2020 e a recuperação económica pós-crise – a crise decorrente do novo contexto geopolítico pós-guerra na Ucrânia (2022) - respostas jurídicas às crises estruturais da economia tendo como elemento central o DIREITO DA ECONOMIA – PERSPECTIVA GERAL: A reavaliação do direito da economia no contexto emergente das últimas crises económicas internacionais**

Capítulo segundo

A constituição económica

- 1 - Conceitos de constituição económica
- 2 - As constituições económicas portuguesas - perspectiva histórica sumária
- 3 - A constituição económica de 1976
 - 3.1. - O contexto da adopção da constituição económica de 1976 - a ruptura constitucional de 1974-75 – e os princípios gerais da constituição de 1976 na sua formulação originária
 - 3.2. - As revisões constitucionais de 1982 e de 1989 (em especial)
 - 3.3. - As revisões constitucionais posteriores a 1989 e a sua interacção com o processo de integração europeia
- 4 - A emergência de uma constituição económica europeia
 - 4.1. - O desenvolvimento de uma constituição económica europeia - aspectos gerais - o papel fundamental da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)
 - 4.2. - Os Tratados de Maastricht, Amsterdão e Nice e a formação de uma constituição económica europeia
 - 4.3. – O Tratado de Lisboa e o seu reflexo sobre a consolidação de uma constituição económica europeia

Capítulo terceiro

Direito económico nacional

- 1 - O objeto essencial do direito da economia nacional após as revisões constitucionais de 1982 e de 1989

2 - As áreas fundamentais correspondentes (i) à *definição de setores de propriedade de meios de produção*, (ii) à *intervenção económica pública directa* e (iii) à *intervenção pública indirecta através do direito da concorrência e do direito da regulação económica* (área dominante e em processo de expansão)

Capítulo quarto

Iniciativa económica e intervenção económica pública

1 - Iniciativa económica e estrutura de propriedade dos meios de produção

2 - O setor cooperativo e social

3 - O setor privado

3.1. - Conceito e delimitação do setor privado

3.2. - O problema dos sectores vedados à iniciativa privada - evolução e sentido actual do regime de delimitação de sectores

4 - O setor público

4.1. - Perspetiva geral

4.2. - O setor empresarial público em Portugal

4.2.1. - Nacionalizações e setor empresarial do Estado

4.2.2. - O regime do setor empresarial do Estado - do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro - uma "*refundação*" do sector empresarial do Estado. As recentes reformas do regime do sector empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e a última reforma resultante do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro)

4.2.3. - O novo Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, globalmente reformado pela Lei N.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro) e adaptação ao

novo enquadramento e às novas condições de funcionamento do sector empresarial público

4.2.4. - A reforma da administração pública e a proliferação de institutos públicos empresariais - o regime dos institutos públicos

4.2.5. - O sector empresarial autárquico e regional

4.2.5.1. – As reformas recentes do regime do sector empresarial local

4.2.5.2. - O sector empresarial público das Regiões Autónomas

Capítulo quinto

Alteração das condições de intervenção pública - os processos de privatização e os processos de regulação económica - remissão para a parte especial

1 - O processo de privatizações em Portugal (reprivatizações e privatizações)

1.1. - Perspectiva histórica geral

1.2. - A Lei n.º 11/90, de 5 de Abril – Lei-Quadro das Privatizações (alterada pela Lei n.º 102/2003, de 15 de Novembro, e sobretudo pela Lei n.º 50/2011, de 13 de Setembro), e a Lei n.º 71/88, de 24 de Maio

1.3. - O desenvolvimento do processo de privatizações - Principais fases e questões jurídicas fundamentais

1.4. - Problemas jurídicos específicos das operações de privatização:

- (i) O direito das privatizações e o direito comunitário económico e da concorrência
- (ii) O direito das privatizações face ao direito comercial, em geral, e ao direito dos valores mobiliários

1.5. - Balanço geral do processo - uma "*reconstrução*" da constituição económica em Portugal. O processo de privatizações após a intervenção externa de Junho de 2011 (face aos compromissos do memorando de

entendimento de 2011 com Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

2 - Novos processos de intervenção pública na economia

2.1. - Perspectiva geral - a *pulverização* de fronteiras entre o direito público e o direito privado

2.2. - A concertação económica e social

2.3. - O contratualismo económico (contratos económicos e contratos administrativos)

2.4. - As parcerias público-privadas - o regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/2003, de 26 de Abril, e a sua reforma ulterior, pelo Decreto-Lei n.º 141/2006 (de 27 de Julho) e sobretudo pelo Decreto-Lei n.º 111/2012 (de 23 de Maio) na sequência do Memorando de Entendimento de 2011.

2.5. - Os processos de *regulação económica* em geral (remissão para a Parte II)

Parte II

Áreas especiais do direito da economia

Capítulo primeiro

Direito da Concorrência e direito da regulação económica – do direito da concorrência em especial

1 - Perspectiva geral sobre o direito da concorrência e sobre os processos de regulação económica – a articulação da regulação económica com o direito da concorrência

2 - A regulação como fenómeno transitório ou como enquadramento duradouro que coexiste com o direito da concorrência

3 - Direito da concorrência (defesa da concorrência) e economia de mercado - os objectivos do direito da concorrência

4 - Noções básicas de direito da concorrência nacional e de direito da concorrência da UE

4.1. - Direito da concorrência nacional - perspectiva histórica e a reforma global de 2003 no contexto da reforma do ordenamento do direito comunitário da concorrência posterior ao *Livro Branco sobre a Política de Concorrência* (de 1999)

4.2. – A grande reforma do direito nacional da concorrência de 2012 através da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio, na sequência dos compromissos assumidos no memorando de entendimento de 2011 com Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). O novo Estatuto da Autoridade da Concorrência Portuguesa – DL nº 125/2014, de 18 de Agosto

- 4.3. – Perspetivas de nova reforma do direito da concorrência nacional – 2021 – A transposição da denominada Diretiva ECN+ ocorrida em 2022
- 4.4. - A articulação entre o direito da concorrência nacional e o direito da concorrência da UE - um processo *natural* de convergência
- 4.5. - Normas de concorrência aplicáveis às empresas
 - 4.5.1. – O conceito de empresa em direito da concorrência
 - 4.5.2.1. - O regime relativo aos processos de cooperação entre empresas
 - 4.5.2.2. – Modalidades de cooperação entre empresas proibidas pelo direito da concorrência
 - 4.5.2.3. – A cooperação entre empresas restritiva da concorrência e a justificação de práticas em princípio proibidas por critérios de balanço económico
 - 4.5.3.1. - O regime relativo ao abuso de posição dominante
 - 4.5.3.2. – Modalidades de abuso de posição dominante e seu enquadramento jusconcorrencial
 - 4.5.4. - O regime relativo ao controlo de concentrações entre empresas
- 4.6. - Normas de concorrência aplicáveis aos Estados - o regime dos auxílios de Estado (referência sucinta)
- 4.7. – O regime de dispensa e atenuação especial de coimas por infracções às normas nacionais de concorrência
- 4.8. – O private enforcement do direito da concorrência (breve perspetiva)

Capítulo segundo

O direito da regulação económica

- 5.1. - Perspetiva geral
- 5.2. - Regulação económica na UE e em Portugal

5.3. - Principais experiências de regulação económica na UE e em Portugal – a repartição de competências entre a UE e os Estados Membros no domínio da regulação económica

5.3.1. - A regulação do sistema financeiro (*máxime* na sequência da crise do sector financeiro 2007-2009 e das crises subsequentes)

5.3.2. - A regulação do sector das comunicações electrónicas - como caso paradigmático de concatenação com o direito da concorrência

5.3.3. – A regulação do sector energético

5.3.4. - Outras experiências sectoriais – breve referência e remissão

5.4. – A Nova Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras Independentes aprovada em 2013 (Lei nº 67/2013, de 28 de Agosto) na sequência de compromissos do memorando de entendimento de 2011 com Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional e as últimas reformas desta Lei-Quadro (incluindo através do Lei do Orçamento de Estado para 2021)

Capítulo terceiro

Direito do consumo (defesa dos consumidores) **

[** *opcional – em função do tempo de leccionação efectivamente disponível*]

1 - Noções gerais – regimes de defesa dos consumidores a integrar no direito da economia e suas relações com outras áreas do direito da economia

2 - A defesa dos consumidores e a possível emergência de um *direito europeu dos contratos*

3 – Direito dos consumidores e ADR – *Alternative Dispute Resolution* – tendências europeias

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL)

DIREITO DA ECONOMIA

Ano Letivo 2022/2023

Turno Diurno

Turma A

Regente: Professor Luís Silva Morais

BIBLIOGRAFIA

I – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- **MORAIS, Luís Silva – Direito da Concorrência –
Perspectivas do seu Ensino
Almedina, Coimbra, 2009**
- **MORAIS, Luís Silva (Coordenador) – Direito da Economia
– vol 1 (Luís Silva Morais, Alves Pardal, Nuno Cunha
Rodrigues)
AAFDL, Lisboa, 2014**

////////////////////////////////////

- AZEVEDO, Maria Eduarda, Temas de Direito da Economia
Almedina, Coimbra, 2018***
- SANTOS, António Carlos/GONÇALVES, Maria Eduarda/MARQUES,
Maria Manuel Leitão, Direito Económico
Almedina, Coimbra, 2014 (7ª edição – com várias reimpressões)***

II - BIBLIOGRAFIA INTEGRAL DA DISCIPLINA

AAVV - Les Entreprises du Secteur Public dans les Pays de la Communauté Européenne
(dir. GERARD TIMSIT), Bruxelles, Bruylant, 1988

AAVV - Privatizações em Portugal - Uma Reforma Estrutural
Gafeep, Ministério das Finanças, 1995

AAVV - Livro Branco do Sector Empresarial do Estado
Ministério das Finanças, 1998

AAVV - Privatizações e Regulação - A Experiência Portuguesa
DG Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 1999

AAVV – A Regulação em Portugal
Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, Lisboa, 2000

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de - Definição de Empresa Pública
Coimbra, 1990

ALMEIDA, Carlos Ferreira de – Os Direitos dos Consumidores
Almedina, Coimbra, 2000

AMORIM, João Pacheco de – Direito Administrativo da Economia – vol 1
Almedina, Coimbra, 2014

ANTUNES, Luis Miguel Pais - Direito da Concorrência - Os Poderes de Investigação da Comissão Europeia e a Protecção dos Direitos Fundamentais
Almedina, Coimbra, 1995

BADEAU, Guy - Les Privatisations - Réglementation et Premières Opérations
La Revue banque, 1987

BADURA, Peter - Constitutional and Legal Problems of Privatization in
Germany
in *Direito e Justiça*, 1991, pp 31 ss.

BALDWIN, Robert/ SCOTT, Colin/ HOOD, Christopher – A Reader on
Regulation
Oxford University Press, 1998

BARROS, Pedro Pitta/ MATA, José – Competition Policy in Portugal
in Martin, Steve (org.), *European Competition Policies*. Elsevier, North
Holland Publishers, 1998

BEESELEY, Michael/ LITTLECHILD, Stephen - Privatization - Principles,
Problems and Priorities
in *Lloyds Bank Review*, July, 1983, pp. 1ss.

BENACCHIO, Giannantonio – *Diritto Privato della Comunità Europea*
Cedam, 2001

BIZAGUET, Armand - Le Secteur Public Français et les Privatisations de
1986-1988
in *Revue Internationale de Sciences Administratives*, 1988, pp 619 ss.

BOLTON, Patrick/ ROLAND, Gérard - Privatization in Central and Eastern
Europe
in *Economic Policy*, 1992, pp. 275 ss.

BOS, Dieter - *Privatization - A Theoretical Treatment*
Oxford, 1991

BUTTON, K./ SWANN, D. - *The Age of Regulatory Reform*
Oxford, Clarendon Press, 1989

CABO, Sérgio Gonçalves do - *A Fiscalização Financeira do Sector
Empresarial do Estado por Tribunais de Contas ou Instituições Equivalentes -
Estudo de Direito Português e de Direito Comparado*
Tribunal de Contas, Lisboa, 1993

CANDOY-SEKSE, Rebecca - Techniques of Privatization of State-Owned Enterprises - Inventory of country Experience and Reference Materials
World Bank Technical Paper, n° 90, Washington DC., 1988

CARREAU, Dominique/ TREUHOLD, Robert - L'Evolution du Droit Boursier au Service des Privatisations
in Banque, Dec. 1993, pp. 40 ss.

CARULLO, Antonio, Lezioni di Diritto Pubblico dell'Economia
CEDAM, Padova, 1997

CASSESE, Sabino - Privatizações Anunciadas, Privatizações Parciais e Pseudo-Privatizações em Itália
in Scientia Juridica, 1992, pp. 27 ss.

CASSESE, Sabino, La Nuova Costituzione Economica
Laterza, Roma, Bari, 2000

CLARKE, Thomas/ PITELIS, Christos (Editors) - The Political Economy of Privatization
Routledge, London, 1993

COEHEN, Élie – L'Ordre Économique Mondial – Essai sur les Autorités de Régulation
Fayard, 2001

COLSON, J.-P, Droit publique Économique
Paris, 2001

CORDEIRO, Menezes - As Privatizações e o Direito Privado- Alguns Aspectos com Especial Referência ao Sector Bancário
in Direito e Justiça, 1991, pp. 71 ss.

CUNHA, Paulo de Pitta e – Direito Internacional Económico (Relatório apresentado no concurso para Professor Catedrático)
In Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol XXV (1984), pp. 29 ss.

DJEHANE, Y. - Des Noyaux Durs aux Groupes d'Actionnaires Stables

in Banque, Dec. 1993, pp. 26 ss.

FERREIRA, Eduardo Paz (Organização) – Estudos sobre o Novo Regime do Sector Empresarial do Estado
(AAVV – António Gervásio Lérias, António Pinto Duarte, Luis Silva Morais, Carlos Costa Pina, Carlos Pinto Correia, José Tavares, Tânia Cardoso Simões, Carlos Lobo)
Almedina, Coimbra, 2000

FERREIRA, Eduardo Paz/ MORAIS, Luis Silva/ANASTÁCIO, Gonçalo (Coordenadores) – Regulação em Portugal – Novos Tempos, Novo Modelo?
Almedina, Coimbra, 2009

FERREIRA, Eduardo Paz - Direito da Economia
Lisboa, AAFDL, 2003

FERREIRA, Eduardo Paz - Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação
Almedina, Coimbra, 2004

FERREIRA, Eduardo Paz/ REBELO, M. – O Novo Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas
In Revista de Direito Público da Economia, 4, pp. 63 ss.

FOUCHÉCOUR, Louis de - La Loi de Privatisation du 19 Juillet 1993
in Banque, Dec. 1993, pp. 22 ss.

FRANCO, António L. Sousa, Noções de Direito da Economia, vol I, Lisboa, AAFDL, 1982-83

FRANCO, António L. Sousa/MARTINS, Guilherme de Oliveira, A Constituição Económica - Ensaio Interpretativo
Almedina, Coimbra, 1993

GERBER, David – Law and Competition in Twentieth Century Europe: Protecting Prometheus
Oxford, Clarendon Press, 1998

GRAHAM, Cosmo/ PROSSER, Tony - Privatizing public Enterprises - Constitutions, the State, and Regulation in Comparative Perspective

Oxford, 1991

GUERRA, António Castro - Política de Concorrência em Portugal
Gepe, M. Economia, 1997

HUBRECHT, Hubert-Gérard, Droit Publique Économique
Dalloz, Paris, 1997

IPSEN, Hans, Offentliches Wirtschaftrechts
J.C.B., Mohr, Tübingen, 1995

KAHN, Alfred E. – The Economics of Regulation – Principles and Institutions
The MIT Press, 1998

KORAH, Valentine – An Introductory Guide to EC Competition Law and
Practice
Hart Publishing, 2007

LASTRA, Rosa (org) – The Reform of International Financial Architecture,
London, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001

MIRANDA, Jorge - Direito da Economia
policopiado, Lisboa, 1983

MONCADA, Luís Cabral de - Direito Económico
Coimbra Editora, 2012

MONTEIRO, António Pinto (Dir.) – Estudos de Direito do Consumidor
Centro de Direito do Consumo, Faculdade de Direito da Universidade de
Coimbra, 1999

MORAIS, Luís Silva - Privatização de Empresas Públicas - As Opções de
Venda
Lisboa, AAFDL, 1990

MORAIS, Luís Silva - Privatização de Empresas Públicas - Seu Controlo e
Supervisão - Estudo de Direito Comparado e de Direito Português
Tribunal de Contas, Lisboa, 1995

MORAIS, Luís Silva - O Artigo 90 do Tratado CEE – As Empresas Públicas e o Direito de Concorrência na União Europeia
In Em Torno da Revisão do Tratado da União Europeia
Almedina, Coimbra, 1997

MORAIS, Luís Silva – Empresas Comuns – *Joint Ventures* – No Direito Comunitário da Concorrência
Almedina, Coimbra, 2006 (Vd. esp. Parte II)

MORAIS, Luís Silva (coordenador) – Direito Internacional Económico – Uma Introdução
Lisboa, AAFDL, 2007

MORAIS, Luís Silva – Direito da Concorrência – Perspectivas do seu Ensino
Almedina, Coimbra, 2009

MORAIS, Luís Silva – o Novo Direito da Economia e a Constituição Económica
In Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, Vol II, pp 453 ss
Coimbra Editora, 2012

MORAIS, Luís Silva – Joint Ventures and EU Competition Law
Hart Publishing, 2013

MORAIS, Luís Silva – Horizontal Cooperation Agreements, in Handbook on European Competition Law – Substantive Aspects, edited by Ioannis Lianos, Damien Geradin, pp 85, Elgar, 2013)

MORAIS, Luís Silva (Coordenador) – Direito da Economia – vol 1 (Luis Silva Morais, Alves Pardal, Nuno Cunha Rodrigues)
AAFDL, Lisboa, 2014

MORAIS, Luís Silva – The Interplay between Private and Public Enforcement of Competition Law/Chapter, in European Competition Law Annual, EUI, Florence, Edited by Philip Lowe and Mel Marquis, Hart Publishing, 2014

MORAIS, Luís Silva – “Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras – Algumas Questões Essenciais e Justificação do Perímetro do Regime face às

Especificidades da Supervisão Financeira”, in Revista da Concorrência e Regulação”, in C&R, N.º 17, Janeiro – Março 2014., pp. 99 ss.

MORAIS, Luís Silva – Joint Ownership of Undertakings Without Joint Control – Minority Shareholding at a Crossroad in Competition Law, in Liber Amicorum Ian Forrester – Concurrences, 2015

MORAIS, Luís Silva – Modelos de Supervisão Financeira em Portugal e no Contexto da União Europeia, Edição do Banco de Portugal, Maio, 2016 (versão em Inglês em preparação)

MOREIRA, Vital – Auto-Regulação Profissional e Administração Pública
Almedina, Coimbra, 1997

MOREIRA, Vital (org) – Estudos de Regulação Pública – I
Coimbra Editora, 2004

MOREIRA, Vital/MARQUES, Maria Manuel Leitão – Desintervenção do Estado, Privatização e Regulação de Serviços Públicos
In, Economia e Perspectiva, vol.II, n.ºs 3 e 4, 1999, pp.133 ss

OLIVEIRA, Fernando Baptista de – O Conceito de Consumidor –
Perspectivas Nacional e Comunitária
Almedina, Coimbra, 2009

OTERO, Paulo – Vinculação e Liberdade de Conformação Jurídica do Sector
Empresarial do Estado
Coimbra Editora, 1998

OTERO, Paulo/ Gonçalves, Pedro (coordenadores) – Tratado de Direito
Administrativo Especial – Vários Volumes (I a VI)
Almedina, Coimbra, (anos edição diversos – conforme volumes)

PEREIRA, Miguel Mendes – Lei da Concorrência Anotada
Coimbra Editora, 2009

PORTO, Manuel Lopes – Teoria da Integração e Políticas Comunitárias,
Almedina, Coimbra, 2001

PORTO, Manuel Lopes – Economia. Um Texto Introdutório, Almedina, Coimbra, 2002

PORTO, Manuel Lopes / VILAÇA, Cruz/ ANASTÁCIO, Gonçalo (coordenadores) – Lei da Concorrência – Comentário Conimbricense Almedina, Coimbra, 2013

REICH, Norbert – Protection of Consumers' Economic Interests by the EC Faculty of law University of Sidney, Vol 14, 1992, pp. 23 ss.

SANTOS, António Carlos/GONÇALVES, Maria Eduarda/MARQUES, Maria Manuel Leitão, Direito Económico Almedina, Coimbra, 2013

SARCEVIC, Petar (Editor) - Privatization in Central and Eastern Europe Graham & Trotman, 1992

SNYDER, Francis (editor) – The Europeanisation of Law – The Legal Effects of European Integration Hart, 2000

SPINA, António La/ MAJONE Giandomenico – Lo Stato Regolatore Il Mulino, 2000

UREBA, Aberto Alonso - La Empresa Publica- Aspectos Juridico-Constitucionales y de Derecho Economico Editorial Montecorvo, Madrid, 1985

VAN DUCK/ PITOU E FABER/ GERRIT (orgs) – The External Economic Dimension of the European Union The Hague, London, Boston, Kluwer Law International, 2000

VAZ, Manuel Afonso, Direito Económico. A Ordem Económica Portuguesa Coimbra Editora, 1998

VISCUSI, W./ VERNON, John/ HARRINGTON, Joseph E. – Economics of Regulation and Antitrust The MIT Press, 1998

WATSON, Peter S./ FLYNN, Joseph E./ CONWELL, Chad C. – Completing the World Trade System – Proposals for a Millenium Round
Kluwer Law International, 1999

WISH, Richard – Competition Law
Oxford University Press, 2012

TEXTOS DE APOIO

MORAIS, Luís Silva/ATANÁSIO, João – Colectânea de Textos de Direito da Economia, vols. I e II
AAF DL, 2006

FERREIRA, Eduardo Paz/MORAIS, Luís Silva/FERREIRA, Mónica Velosa
– Legislação de Direito Económico e de Direito da Empresa
Almedina, Coimbra, 2008
